



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**PARECER CJR**

**Projeto de Lei nº 055/2025 - Executivo**

**Autor: Prefeito Municipal**

**Relator: Vereador Thiago Henrique Carlos da Silva**

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 055/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, tem por objeto a autorização para celebração de termo de fomento com a Instituição de Longa Permanência para Idosos São Lourenço, mediante transferência de recursos financeiros, a serem repassados mensalmente conforme o grau de dependência dos idosos institucionalizados, além da cessão gratuita de um psicólogo habilitado para atendimento aos residentes.

### **II - ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA**

#### ***a) Competência e Iniciativa***

A matéria insere-se no âmbito da assistência social e da proteção à pessoa idosa, de competência do Município (CF, art. 30, I e II). A iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61, §1º, II, da CF, c/c art. 48 da Lei Orgânica Municipal.

#### ***b) Constitucionalidade e Legalidade***

O projeto está em consonância com os arts. 6º e 230 da Constituição Federal, que estabelecem o dever do Estado de garantir à pessoa idosa o direito à dignidade, ao bem-estar e à proteção. A Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e a Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das OSCs) também fundamentam a matéria.

O projeto determina a obrigatoriedade de Relatório Social para cada caso, avaliação da condição física e mental do idoso e a participação da Rede de Proteção à Pessoa Idosa, o que atende às diretrizes legais e de controle social da política de assistência.



***c) Juridicidade***

A proposta apresenta juridicidade, não contendo disposições que contrariem o ordenamento jurídico. A forma de transferência por meio de termo de fomento e a exigência de documentação comprobatória conferem segurança jurídica e garantem o controle das despesas.

***d) Técnica Legislativa***

O projeto atende aos requisitos formais da Lei Complementar nº 95/1998. Apresenta ementa clara, artigos organizados e coerentes, cláusulas de vigência e revogação adequadas, e anexo contendo a minuta de convênio.

**III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, concluo que o Projeto de Lei nº 055/2025 – Executivo é formal e materialmente constitucional, legal, juridicamente válido e tecnicamente adequado, estando apto à aprovação por esta Casa Legislativa.

São João do Ivaí, 28 de agosto de 2025.

**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator da Comissão de Justiça e Redação*



### **PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

A Comissão de Justiça e Redação, acompanhando o parecer do relator, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 055/2025 – Executivo, por considerá-lo em conformidade com os princípios e normas constitucionais, legais e regimentais.

Sala das Comissões, 01 de setembro de 2025.



**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
*Presidente*



**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
*Relator*



**Astalair Tibi Monteiro**  
*Membro*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ – ESTADO DO PARANÁ**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

#### **PARECER CFO**

**Projeto de Lei nº 055/2025 – Executivo**

**Autora: Prefeito Municipal**

**Relatora: Vereadora Sidineia de Oliveira Knupp**

#### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise visa autorizar o repasse de recursos financeiros à Instituição de Longa Permanência para Idosos São Lourenço, mediante celebração de termo de fomento, nos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como autorizar a cessão gratuita de psicólogo para atendimento dos idosos acolhidos.

#### **II – ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

##### ***a) Impacto Orçamentário-Financeiro***

O projeto está acompanhado da devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro, em conformidade com o art. 16, inciso I, da Lei Complementar nº 101/2000. O valor mensal estimado é de R\$ 35.400,00, compatível com as metas fiscais do município.

##### ***b) Previsão na LOA/LDO/PPA***

Consta previsão orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA), especificamente na dotação do Fundo Municipal do Idoso, classificada sob Subvenções Sociais.

##### ***c) Regularidade Fiscal***

O Município está adimplente com as exigências fiscais para transferências voluntárias, nos termos do art. 25, §1º da LRF. A parceria proposta encontra respaldo na legislação vigente.



### **III – CONCLUSÃO DA RELATORA**

Diante da regularidade fiscal, previsão orçamentária e respaldo legal, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 055/2025 quanto aos aspectos financeiros e orçamentários.

São João do Ivaí, 28 de agosto de 2025

***Sidineia de Oliveira Knupp***  
*Relatora da Comissão de Finanças e Orçamento*



## **PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

A Comissão de Finanças e Orçamento, acompanhando o parecer da relatora, manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 055/2025, por atender às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação orçamentária vigente.

Sala das Comissões, 01 de setembro de 2025.

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
Presidente

  
**Sidineia de Oliveira Knupp**  
Relatora

  
**Edgar Santos de Carvalho**  
Membro